

CARTA ABERTA
AOS PARLAMENTARES PORTUGUESES

Assunto: TRATADO DE LISBOA - RATIFICAÇÃO

Exmo/a. Senhor/a Deputado/a

Em 23 de Abril, V. Exa. irá pronunciar-se e deliberar no quadro do processo de ratificação parlamentar da proposta de Tratado de Lisboa, assinada em 13 de Dezembro de 2007.

Um Tratado que representa um novo passo na construção europeia em curso, com sérias implicações e consequências para os Estados-membros e, nessa medida, para Portugal, para os portugueses e portuguesas.

Um Tratado que, como é reconhecido, incorpora o essencial da proposta de "Tratado Constitucional" (rejeitado na sequência dos resultados da consulta popular em dois Estados fundadores da U.E. - a França e a Holanda), que transfere competências para instituições supranacionais da U.E., põe em causa o princípio da igualdade entre Estados, fragiliza a vertente social e desvaloriza o diálogo social, que consagra a matriz neoliberal e militarista da actual fase da integração europeia.

Um Tratado que, a ser respeitada a promessa pré-eleitoral do Partido Socialista e do Primeiro Ministro, determinaria a realização de um referendo nacional - que a CGTP-IN, aliás, sempre reclamou, a culminar um amplo e esclarecedor debate sobre conteúdos, significado e reais consequências da actual proposta de Tratado.

Sem pretender pôr em causa o legítimo exercício da democracia representativa, a CGTP-IN não pode, no entanto, deixar de chamar a atenção de V. Exa. e manifestar a sua viva indignação perante a quebra de uma promessa eleitoral que configura uma evidente fuga ao veredicto popular, confinando a uma maioria parlamentar a decisão sobre a proposta de Tratado, portadora de conteúdos essenciais anteriormente rejeitados. Com a recusa governamental do referendo, perdem os trabalhadores e os cidadãos e cidadãs portugueses que, uma vez mais, vêem ser-lhes negada a oportunidade de se pronunciarem sobre o rumo da construção europeia, a democracia sai enfraquecida.

Em Portugal e no plano europeu, a CGTP-IN, outros movimentos, organizações sociais e políticas batem-se por uma Europa social e solidária, democrática e progressista. Uma Europa de Estados soberanos e iguais em direitos, que garantam efectiva protecção social, serviços públicos acessíveis e de qualidade, mercados de trabalho regulados, assentes no direito do trabalho como direito autónomo e respeitadores dos direitos de quem trabalha, negociação colectiva como fonte de direito e de progresso que salvaguarde os direitos adquiridos, com diálogo social assente numa base séria e no respeito pelo papel e intervenção dos sindicatos, em contraposição a políticas desenvolvidas e reafirmadas no Tratado. Pressupostos e valores que, esperamos, enformem um debate parlamentar sério, crítico e profundo e uma decisão que reflecta e coloque em evidência a necessidade de outra Europa, em que os trabalhadores, as trabalhadoras e os povos se revejam e apoiem.

Contando com V. Exa., enviamos os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 22 de Abril de 2008

Manuel Carvalho da Silva
Secretário Geral

Em anexo:

Resolução "A CGTP-IN e o Tratado Reformador", aprovada no Plenário de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais de 13.12.2007.